



ÁLVARO SIZA E A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE TENDÊNCIA

PEDRO LUZ PINTO

Universidade e Faculdade: ISCTE-IUL, Departamento de Arquitetura

Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa - Portugal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5237-4800>

E-mail: pedro.pinto@iscte-iul.pt

HISTÓRICO DE EDIÇÃO

Data submissão: 17/05/2020

Data aceite: 15/02/2021

RESUMO

O arquiteto português Álvaro Siza (1933) formou-se na “escola do Porto” entre 1949-1965. Em 1966, inicia carreira de docente na escola. Desempenharia um papel fundamental na reputação da escola e testemunhou, como aluno e como educador, mudanças cruciais no ensino da arquitetura. Formou-se na transição do sistema “beaux-arts” para a forma “moderna” de ensino da arquitetura e, mais tarde, como docente, participou da passagem de escola a faculdade. Como professor e como projetista, foi um exemplo. Envolveu-se ativamente na luta e no debate pela autonomia curricular, pedagógica e disciplinar, da “escola” e da arquitetura. Em momentos-chave, deixou testemunho de posições desassombradas. Com a passagem de escola para faculdade desenharia, já em um período de grande reconhecimento internacional, as novas instalações, da agora Faculdade de Arquitetura, coroando um período de intenso envolvimento com a “escola”. Este artigo refaz o período de maior envolvimento de Siza na “escola do Porto”, entre 1966 e 1990, permitindo entender a sua participação na construção do projeto pedagógico da escola, assim como a sua posição e sua prática perante o ensino da arquitetura.

Palavras-chave: Álvaro Siza. Escola do Porto. Ensino.

ABSTRACT

The Portuguese architect Álvaro Siza (1933) was a student of the “Oporto School” between 1949-1965. In 1966, he began a teaching career there. He would play a key role in the school’s reputation and witnessed, as a student and as an educator, crucial changes in the teaching of architecture. He graduated in the transition from the “beaux-arts” system to the “modern” form of teaching architecture, and later, as a teacher, witnessed the transition from arts-school to college. As a teacher and as a practitioner, he was an example. He was actively involved in the struggle and debate for curricular, pedagogical and disciplinary autonomy of both school and architecture. At key moments, he left testimony of frank positions. With the transition of the arts-school to college, he would design, already in a period of great international recognition, the new facilities, of the new Faculty of Architecture. This article retraces Siza’s period of greater involvement in the “Oporto School”, between 1966 and 1990, allowing us to understand his contribution in the construction of the school’s pedagogical project, as well as his position and practice as an architecture teacher.

Keywords: Álvaro Siza. Oporto School. Teaching.



INTRODUÇÃO: ÁLVARO SIZA E A ESCOLA DO PORTO

Álvaro Siza (1933) iniciou a sua formação na Seção de Arquitetura da Escola de Belas-Artes do Porto (EBAP) em 1949, um ano depois do 1º Congresso dos Arquitetos Portugueses (1948), o congresso dos “arquitetos modernos”¹. Nesse momento, havia em Portugal duas escolas de Belas-Artes: Porto e Lisboa (EBAP e EBAL), onde a Arquitetura se inseria como uma “seção autônoma”. Ambas tinham um currículo equivalente, coordenado pelo regime nacionalista². Siza ingressa com o plano de estudos de matriz “beaux-arts” de 1932³, concluindo a parte curricular do curso em 1955, já com o novo plano “moderno” do ensino artístico em Portugal (1952-57) em implantação.⁴ Colaborador de Fernando Távora (1923-2005) entre 1955 e 1958, iniciou em 1958 o projeto das Piscinas da Quinta da Conceição no Porto e, no início da década de 60, concebeu, entre outros projetos, as Piscinas de Leça da Palmeira, classificadas em 2011 como monumento nacional⁵.

Em 1965, Siza apresentou o seu projeto para “concurso para obtenção de diploma de arquiteto” (CODA), obtendo a classificação de 20/20 valores. E em 1966, iniciou a sua carreira como assistente na escola do Porto. Essa teria vários momentos diferentes, incluindo um afastamento autoprovocado, entre 1969 e 1976, em protesto contra as condições contratuais e pedagógicas da escola e, a partir da década de 1980, em benefício da sua carreira de projetista. Contudo,

seria um afastamento com proximidade, pois mesmo ausente participaria dos momentos fundamentais de consolidação da Escola.

Neste artigo, abordamos o percurso de Álvaro Siza como professor e defensor de uma ideia pedagógica para a Escola do Porto, reconstituindo uma história que se encontra registada de modo indireto e fragmentado, entre vários documentos e ensaios sobre a história da instituição. O artigo inclui uma introdução à docência de Construções de Álvaro Siza, que permanece por estudar e relaciona a ideia pedagógica da Escola com o projeto dos edifícios da Faculdade de Arquitetura do Porto (FAUP). Metodologicamente, articula-se em uma série de momentos cronológicos, que refletem relações distintas de Álvaro Siza com a escola: 1996-1969; 1969-1974; 1975-1980 e após 1980 (Tabelas 1 e 2).

1966-69: O DESENHO COMO DESEJO DA RAZÃO

O percurso docente de Álvaro Siza é iniciado em 1965-66, com seu ingresso como professor assistente de Composição de Arquitetura II no 4º ano curricular do curso de arquitetura da ESBAP.

Siza sucede a uma série de assistentes que eram caros ao arquiteto Carlos Ramos (1897-1969), diretor (1952-1967) e reformador da ESBAP, tais como Fernando Távora (1960-62), Arnaldo Araújo (1962-63) e José Carlos Loureiro (1963-65) (CANTO MONIZ,

¹ Primeiro Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em Maio-Junho de 1948 em Lisboa. Organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos Portugueses e de onde emergiu a defesa dos princípios da arquitetura moderna e a necessidade de uma valorização técnica e social da arquitetura e do ensino da arquitetura.

² Estado Novo (1933-1974), regime político de partido único, nacionalista, autoritário e corporativista, com forte influência católica, que dominou Portugal até a revolução de Abril de 1974.

³ Reforma do Ensino Artístico de 1930-32. Modificava a estrutura de ensino, introduzindo a figura dos “concursos de emulação”, à semelhança do praticado tradicionalmente na École de Paris, estando a formação organizada em um primeiro ciclo (“Curso Especial”), com a duração de quatro anos e frequência anual, habilitando ao “Curso Superior”, constando de concursos de composição e cursos teóricos. Exigia-se um estágio de dois anos seguido de relatório de projeto, designada por Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto (CODA).

⁴ Com a Reforma do Ensino Artístico de 1952-57, esse eleva-se à categoria de Superior, passando a EBAP a ESBAP. Aboliu-se os CODA, os concursos de emulação e as cadeiras de ensino artístico em benefício das ciências sociais e exatas. O curso passou a ser estruturado em 3 ciclos de aprendizagem: um primeiro, de dois anos e de caráter propedêutico, com disciplinas de Belas-Artes e de Ciências Sociais e Humanas; um segundo, de três anos de maior especificidade arquitetônica; e um último, de um ano, para a elaboração de uma “grande composição”, após a qual havia um tirocínio de seis meses e relatório de estágio (substituindo o CODA).

⁵ Decreto nº 16/2011, DR, 1ª série, nº 101, de 25 maio 2011/ZEP, Portaria nº 608/2012, DR, 2ª série, nº 206, de 24 outubro 2012.

Ensino da Arquitetura em Portugal	1930	Álvaro Siza (Biografia)
1932		1933 (N)
Reforma do Ensino Artístico (30-32: Reforma Beuax-Arts)	1940	
		1949
	1950	Entrada no curso de Arquitetura (EBAP)
1952		
		1955
1957		Concluiu a parte Curricular (ESBAP)
Reforma do Ensino Artístico (52-57: Reforma Moderna)	1960	
		1965 : CODA
		1966-1969
1969		Assistente Projeto ESBAP
Crise Política e Cultural	1970	1969: Demissão
	1974	
Período Revolucionário	25 Abril	1976-79
Saída das Belas-Artes		Assistente Construções ESBAP
Transição para Universidade	1980	Professor sem horário
FAUP (Estabilidade Curricular)		Pavilhão Carlos Ramos
		Edifícios da FAUP
	1990	
		Professor sem horário
	2000	
		2003
		Jubilado
Adequação a Bolonha (Convergência Área Europeia de Ensino Superior)	2010	
	2019	

Tabela 1: Ensino da Arquitetura em Portugal e Percurso de Álvaro Siza

Fontes da Tabela: Gonçado do Canto Moniz (2011); Raquel Paulino (2013); Álvaro Siza (2020)

	Porto Ensino	Porto Posições	Outras Ensino	Textos Ensino	Porto Edifícios	Prêmios Prática	Honoris Causa
1965		1					
1970		2 3					
1974 25 Abril		4					
1980				A			
1985				B		MvD Rohe	
1990				C D		Pritzker	• •
1995						A. Aalto	• • •
2000							• •
2005							• • •
2010							• • • •
2015							•

Tabela 2: Álvaro Siza, Prática e Ensino na Escola do Porto

Fontes da Tabela: Gonçalo do Canto Moniz (2011); Raquel Paulino (2013); Álvaro Siza (2020)

Legenda: Porto Ensino: Assistente de “Composição III” (1966- 1969); Assistente “Construção I, II” (1976/77); “Construção II, III” e “Estruturas II, III” (1977/78); Porto Posições: (1) Carta de “Pedido de Demissão” (1969); (2) Comunicação à Escola “Linhas Mestras de um Esquema de Pensamento” (1970); (3) Carta ao Diretor da ESBAP (1971); (4) Declaração à Assembleia de Representantes da ESBAP (1978). Outras Escolas: EPFL Lausanne (1980); U. of Pennsylvania; U. de Los Andes, Bogotá; Harvard GSD. Textos sobre Ensino: Oito Pontos (1983); A importância de desenhar (1987); FAUP: imagem exterior (1991); Sobre Pedagogia (1995). Porto Edifícios: Pavilhão Carlos Ramos (1985-86); Edifícios da FAUP (1986-1992). Prêmios Prática: Mies Van der Rohe (1989); Pritzker (1992); Alvar Aalto (1998). Honoris Causa, ver nota ⁶

⁶ Honoris Causa de Álvaro Siza: 1992, Universidade Politécnica de Valência; 1993, École Polytechnique Fédérale de Lausanne; 1995, Universidade de Palermo / Universidad Internacional Menéndez Pelayo / Universidad Nacional de Ingeniería; 1997, Universidade de Coimbra; 1999, Universidade Lusíada do Porto; 2000, Universidade Federal da Paraíba; 2004, Università degli Studi di Napoli Federico II; 2005, Universidade de Arquitetura e Urbanismo Ion Mincu; 2007, Università degli Studi di Pavia; 2008, Universidad de Palermo; 2010, Universidade Técnica de Lisboa; 2011, Universidade de Aveiro / Universidade de Sevilha; 2013, Politecnico di Milano; 2014, Universidade de Granada; 2015, Universidade de Évora.

2011:481). Tratava-se de uma nova geração de arquitetos, contemporâneos da reforma do ensino de 1952-57 e da procura pela modernidade promovida pela gestão de Carlos Ramos, que ingressaria na escola, pela gestão desse, na década de 1960 (CANTO MONIZ, 2011:269).

Nessa sua primeira experiência de ensino, Siza ensaia a aplicação de um método de projeto alinhado com a experiência pedagógica que Nuno Portas (1934)⁷ realizava à altura na escola de Lisboa (ESBAL), onde tentava reduzir a arbitrariedade do ato de projeto por meio de uma cientificidade analítica que permitisse uma avaliação sucessiva do processo e do resultado projetado. O “método Portas” ou “*didática conceptual*”, conforme designação do próprio (PAULINO, 2013:93), filiava-se ao debate contemporâneo das “metodologias de projeto”, consistindo em uma sequência análise-projeto que separava um primeiro momento de investigação das circunstâncias arquitetônicas e urbanas em presença, de um segundo de construção de uma solução desenhada em reação ao quadro analítico e interpretativo construído. Nuno Portas, investigador no Laboratório

Nacional de Engenharia Civil (criado em 1946) desde 1962, procurava utilizar métodos da investigação científica para estabelecer conhecimento disciplinar específico, de suporte a uma atividade de projeto mais metodológica e controlável.

Essas ações teriam repercussões nas escolas de Lisboa e Porto. Seria no Porto que o próprio Nuno Portas apresentaria, em 1959, a sua prova de diploma de arquiteto (CODA), recusada em Lisboa por ser uma investigação exclusivamente teórica, mas que na escola de Carlos Ramos se juntava aos CODA teóricos de Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996) e Arnaldo Araújo (1925-1982), de 1953 e 1957 (AUTOR, 2017).

Quando Siza ingressa na escola como docente, Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo ensaiavam metodologias de ensino que procuravam integrar conhecimento científico específico na ação do projeto. Todavia, a experiência didática de Siza com o método sequencial análise-projeto seria rapidamente abandonada após a primeira experiência (Figura 1):

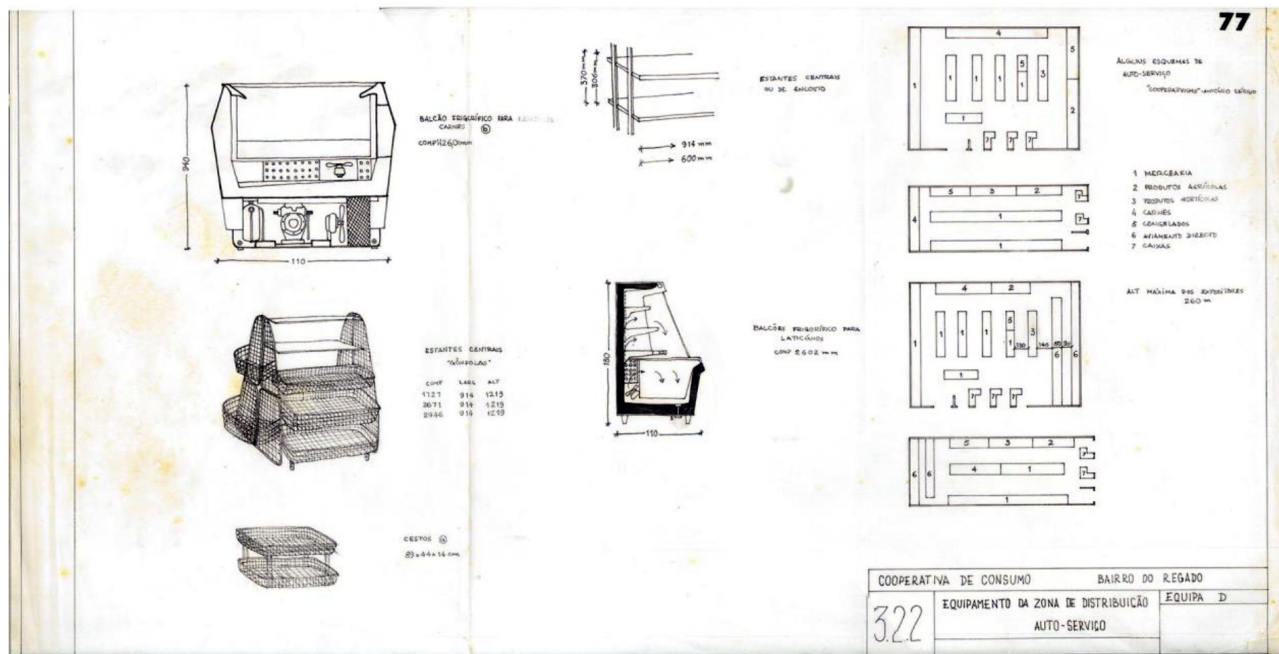


Figura 1: “Cooperativa de Consumo – Bairro do Regado” Estudo do programa, sítio e exigências funcionais, p. 77/80, trabalho de grupo. 1966, Composição de *Arquitetura 2*, Professor Álvaro Siza, 1965-66. Fonte: Arquivo CDU-FAUP.

⁷ Em 1962, Portas (1934) iniciou sua atividade como investigador no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), no Departamento de Arquitetura, em Lisboa.

“Havia um estudo muito profundo de análise dos problemas de um projeto, à qual se seguia uma fase de síntese, com esta ideia de que conhecendo todos os problemas em questão, esse é o momento para partir para o projeto. E eu fiz um primeiro curso assim, muito empenhado. (...). Concluí, ao fim de um ano, que os trabalhos eram muito equilibrados, quer dizer eram certinhos, não havia disparates, mas eram frustrantes, a maioria deles. Havia diferenças, mas a média era triste, não tinha grande interesse. Achei que não era o método adequado e no ano seguinte fiz uma experiência completamente diferente, no sentido de que a hipótese de solução, em termos globais, era tanto ponto de partida como o estudo que gradualmente ia aumentando de densidade de toda a espécie de problemas e, portanto, o desenho acompanhava o aprofundamento dos problemas e era suficientemente flexível e moldável para acompanhar esse gradual aprofundamento” (SIZA, apud PAULINO, 2013:96).

Siza prosseguiria, a partir de 1966-67, com um método de convergência natural e simultânea entre análise e exploração de hipóteses de transformação, que se desenvolvia pelo uso paralelo e não hierárquico de meios de representação rigorosos e intuitivos, onde o *“estudo exaustivo era simultâneo com o desenvolvimento de uma ideia, com uma componente um pouco instintiva e de entusiasmo imediato e logo submetido a crítica”* (SIZA, apud CANTO MONIZ, 2011:499). A construção interpretativa e crítica era desenvolvida de forma contínua pelo projeto, onde a *“absorção, a compreensão de tudo o que estava em causa acompanhava o desenvolvimento do desenho e bombardeava o desenho com crítica e conseqüente alteração”* (idem), um processo que Siza identifica com a prática natural do projeto e com a influência dos textos de Alvar Aalto quando esse *“propõe a projectação não como processo linear, da análise à síntese, mas como processo contínuo, aberto, complexo e englobante”, porque, “não se aprende a desenhar como se enrola um novelo, nem, para desenhar, os conhecimentos têm número de ordem”* (SIZA, apud ALVES COSTA, 1979: 4, 5).

Siza privilegia problemas e programas próximos da sua prática de atelier, propondo aos alunos trabalhos similares ao que estava desenvolvendo, ou que havia desenvolvido na prática.⁸ Pedagogicamente e metodologicamente, beneficiava-se da sua própria experiência empírica.

1969-74: PROJETO COMO DESEJO DA INTELIGÊNCIA

Em 1969, na sequência de uma contestação coletiva (e política) contra a situação de indefinição contratual em que os assistentes se encontravam, Siza demite-se⁹. Carlos Ramos (1897-1969) havia deixado a direção da escola em 1967, substituído por António Cândido de Brito (1904-1989), mais próximo da tutela salazarista¹⁰; em 1968 e 1969, eclodem revoltas estudantis na Europa e em Portugal e na escola, a “racionalidade” imposta pela Reforma de 1957 era progressivamente identificada com a tutela “reacionária”.

O clima de contestação geral e o afastamento de docentes assistentes provocaria uma profunda crise, pondo em risco a própria continuidade da escola. Essa turbulência levaria à concessão, por parte da tutela, de que as escolas do Porto e de Lisboa implementassem os seus próprios “regimes experimentais”, curriculares e pedagógicos. Situação que ocorreria no Porto entre 1970 e 1973, sendo interrompida pela tutela nas vésperas da revolução democrática de abril de 1974.

Logo no início do processo do “regime experimental”, em finais de janeiro de 1970, o ministério autorizou o reingresso dos antigos docentes e, em sequência, os professores demissionários, incluindo Álvaro Siza, apresentaram um comunicado dirigido à escola (TÁVORA et al., 1971), designado comumente por “linhas

⁸ Propondo aos alunos trabalhos, como por exemplo, para uma cooperativa de consumo no Bairro do Regado (Porto, 1966), uma igreja paroquial (Aldoar, 1967) e para um motel (Coimbra, 1968) que eram programas que refletiam trabalhos do seu próprio escritório, designadamente o Centro Paroquial Antunes Guimarães em Matosinhos (1959), a Cooperativa de Lordelo (1963) e o projeto não construído de um Motel em Coimbra (1967).

⁹ Designadamente, Alfredo Viana de Lima, Álvaro Siza, Arnaldo Araújo, Cristiano Moreira, Duarte Castel Branco, Fernando Távora, Jorge Gigante, José Carlos Loureiro e Pedro Ramalho. Siza apresenta com Ramalho.

¹⁰ António Oliveira Salazar, chefe de estado entre 1932 e 1968.

mestras de um esquema de pensamento”, em que colocavam um conjunto de condições necessárias para o “regime experimental”, das quais destacamos: a escola deveria “basear-se no princípio de um trabalho de equipa, em que a crítica constituirá uma norma de um processo de criatividade”, que abrangeria docentes e discentes, com “autonomia funcional” e em “sessão no sistema Belas-Artes”.

A refundação do curso deveria incluir duas bases: (i) “a fundamentação do trabalho pedagógico”; (ii) “a estruturação de grupo”. O trabalho pedagógico seria afinado a partir da estrutura existente, em sucessivos ajustamentos anuais, e o “grupo” deveria organizar os docentes e discentes em “comissões paritárias”.

Com a reforma experimental, vários docentes seriam reintegrados, mas não de imediato Álvaro Siza, que, juntamente com Alexandre Alves Costa, Manuel Fernandes de Sá e Mário Brito recusaram o reingresso por ausência de garantias, denunciando, em carta de abril de 1971, a falência da ambição inicial do regime experimental, por interferência da tutela.

O primeiro ano do regime experimental implementaria sugestões das “linhas mestras”, como a gestão partilhada entre alunos e professores, a dispensa de registo de faltas, de horários e de estrutura curricular em anos letivos, em benefício de um sistema organizado em “grupos e temas” (PAULINO, 2013:191), com a “*integração de várias matérias estruturadas em torno de um núcleo central: o projeto de arquitetura*” (BANDEIRA, 2014:11). No entanto, a “experiência” viria a colher progressiva oposição interna e a tutela viria a bloquear vários pontos estruturais.

Com a progressiva limitação, a instabilidade aumentou, com cisões entre docentes e entre docentes e alunos. Vivia-se um clima de contestação política, “*onde todas as lutas, incluindo as disciplinares, eram lutas políticas*”

(FIGUEIRA, 2002:58). Sobre esses anos, escreveria Eduardo Souto de Moura (aluno entre 1970 e 1980) no seu relatório de estágio (1980): “*a aprendizagem política do sistema, a resposta do Movimento Estudantil, Maio de 68, fazem com que a simples conceção da arquitetura como artefacto seja ultrapassada por uma análise mais vasta de ordem político-ideológica (...) projetar torna-se então um fenómeno cultural complexo. Desenhar, passa pelo juízo de que ‘toda a cultura depois de Auschwitz é incômoda... é a convicção de que a realidade pode ser utilizada em função da mais brutal irracionalidade’. É o medo, é o ‘silêncio dos poetas’ é o desespero legítimo do não desenho*” (BANDEIRA, 2014:15).

1975-80: CONSTRUÇÃO COMO INTELIGÊNCIA DO DESEJO

A revolução de 25 de Abril de 1974 acabaria com o regime político autoritário, vigente desde 1932, e a escola, tal como o país, abraçou a liberdade e avançou para as eleições.

Foram formadas duas listas: a lista “amarela”, apoiada por Álvaro Siza, que defendia uma formação diversificada nos 4º e 5º anos do curso, e que viria a ganhar o sufrágio de fevereiro de 1975 por dois votos, mas que abdicaria para a lista “cinzenta”, apoiada, entre outros, por Fernando Távora e Alexandre Alves Costa. Essa última defendia um currículo globalmente hierárquico, assente no projeto e em uma inserção efetiva na realidade social¹¹. A renúncia da lista vencedora é explicada na urgência do comprometimento da comunidade escolar no Processo SAAL (1974-1976)¹², que concedia uma oportunidade de envolvimento revolucionário no problema do “direito à habitação” de populações carenciadas. Nesse sentido, logo em janeiro de 1975, a “Brigada de S. Vítor”, constituída por Álvaro Siza, Domingos

¹¹ Sobre o processo eleitoral e o impacto da transição democrática na ESBAP, ver Raquel Paulino (2013) e Pedro Bandeira (2014).

¹² Processo SAAL, ou Serviço de Apoio Ambulatório Local, criado poucos meses depois do 25 de Abril de 1974, tinha como objetivo atender à carência de habitação para populações desfavorecidas, tendo envolvido equipas de arquiteto em processos de participação direta junto às populações.

Tavares, Francisco Guedes e pelos alunos Adalberto Dias, Eduardo Souto Moura, Graça Nieto, Manuela Sambade, Paula Cabral, propunha à Comissão Coordenadora do SAAL a participação de docentes e alunos nas Brigadas Técnicas (S. VICTOR, 1976).

Esse envolvimento direto em processos de mediação e construção conduziria a uma reconciliação com os valores do projeto e do desenho, situação para a qual a ação de Siza, com uma firme defesa dos meios e do conhecimento disciplinar, seria exemplar.

A extinção abrupta do SAAL em 1976 coincidiria com o reingresso formal de Siza na escola, para ser, por sua opção, professor assistente de Construções¹³. Esse regresso ocorre em um momento de refundação institucional e de implementação de novo plano de estudo¹⁴. Há uma articulação hierárquica vertical e horizontal, entre anos e cadeiras e áreas, havendo uma relação direta entre Projeto e Desenho, enquanto a História e as Construções se tornam também “participantes do processo de projeto” e não meros “instrumentos de apoio”, conforme refere Manuel Fernandes de Sá (CANTO MONIZ, 2011:53). Desse modo, as Construções reportavam aos trabalhos de projeto e as avaliações podiam ser discutidas em turma, ano ou ciclo de aprendizagem.

A docência de Siza em Construções seria paradigmática dessa aproximação ao projeto. A construção não seria abordada necessariamente como tecnologia em aulas expositivas, mas de forma prática, como um exercício de projeto e como uma questão de desenho: na “concretização de uma ideia há um processo simultâneo na definição material de uma obra na sua forma, na sua construção e na sua organização do espaço” (PAULINO, 2010). Para Siza, uma ideia arquitetônica “deve conter todas as alternativas para a sua realização. Uma ideia não deve ser

abstrata; ele deve ter um chão, muros, aberturas” e nas suas aulas, a ênfase não estava no ensino de “todas as técnicas”, mas no princípio e na experiência de se desenvolver um “processo de reflexão autoral de uma ideia e das suas imagens, da sua concretização, da capacidade de imaginar os materiais” (SIZA, 1980, ver Figura 2).

A ideia pedagógica era interligar construções e projeto, colocando a construção a serviço do exercício de projeto e realizar avaliações conjuntas. Não sendo possível um cruzamento direto, pois os ritmos letivos nem sempre coincidiam e as construções desenvolviam o seu próprio projeto. Por exemplo, em 1978, Álvaro Siza e Alcino Soutinho (docentes de Construções) apresentam aos alunos um local e um pequeno programa. Após a visita ao local, os alunos têm 4 horas para “esboçarem” em papel opaco uma solução, que será questionada como arquitetura que se concretiza pela construção. Procuravam pelo projeto uma lógica agregadora: “*pensa-se que um ensino muito aprofundado é indispensável para construir em pedra, em madeira ou betão. É necessário antes do mais uma lógica*” (SIZA, 1980).

Retomando a sua própria experiência formativa inicial em currículo “beaux-arts”, Siza e Soutinho solicitam o “esboceto” imediato de uma solução, simplificando as fases do projeto em benefício do maior desenvolvimento e concretização, valorizando a matéria construtiva ordenada, contextualizando na cultura do projeto a solução tecnológica. Docente de projeto ou de construções, Siza ouvia mais do que falava¹⁵ e o seu papel era o de catalisador de um questionamento crítico que desbloqueasse um processo individual: “*evitava a foíce*” que poderia “*cortar o que ainda estava a germinar*” (SIZA, apud OLIVEIRA, 2017:9), questionava, porque quando se tem “*uma ideia, esta deve conter todas as alternativas para a sua realização*” (SIZA, 1978).

¹³ Refere Siza que os professores e as aulas de Construções eram desvalorizados na estrutura escolar, tendo menor importância como matéria e didática junto aos alunos. A ida para as aulas de Construções pretendia contrariar essa percepção e alcançar a reunião com o Projeto (Siza, 2020).

¹⁴ Após revolução, ingressam 150 alunos no primeiro ano, triplicando o limite anterior. O aumento da escala conduz a um retorno a um ensino mais escolar, hierárquico, individualizado e organizado com sistemas de faltas e avaliações.

¹⁵ Conforme depoimento do antigo aluno, professor arquiteto Carlos Martins, em maio de 2019.

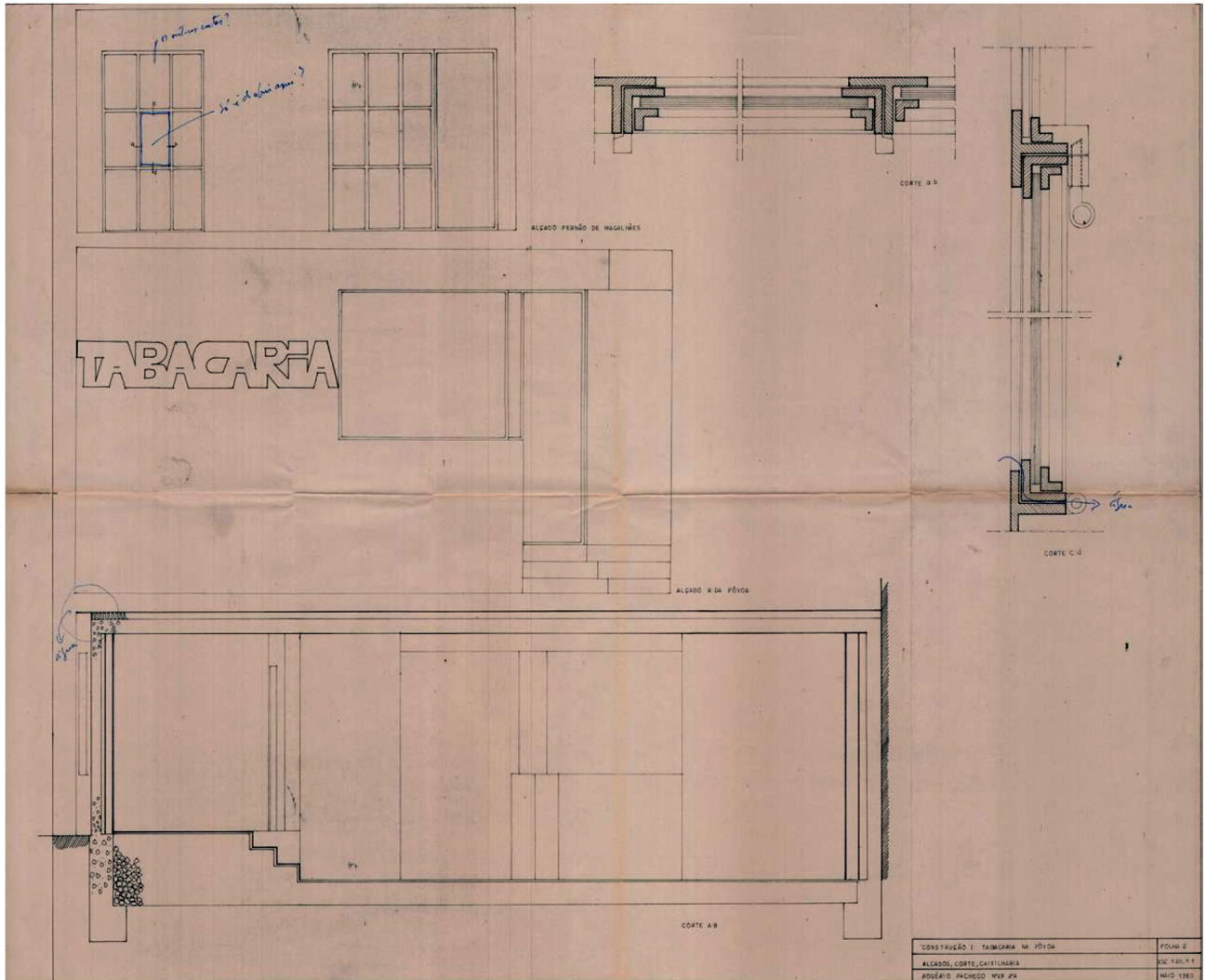


Figura 2: Rogério Pacheco, “Tabacaria na rua da Póvoa”, Construções I, 1979/80, Professores Álvaro Siza e Alcino Soutinho. Fonte: Arquivo CDUA-FAUP

Em 1978, face à nova ameaça à autonomia da escola pelo poder político central¹⁶, a ainda seção de arquitetura da ESBAP mobiliza-se e Siza coloca a sua posição por escrito, em declaração de 4 de maio de 1978, lida na assembleia de representantes por Alexandre Alves Costa: recusa uma formação de “*sínteses plásticas apoiadas na informação que o conhecimento das ciências humanas e exatas lhe confere*”, reclamando uma “*consciência de autonomia disciplinar*”, onde o que é crucial “*entender e apreender*” é “*o núcleo de instrumentos metodológicos disci-*

plinares”. Recusa um currículo com uma “*informação inicial maciça e (literalmente) adormecedora*” em benefício de uma abordagem inicial “*global e disciplinar, progressivamente consciencializada e informada*”, onde a aquisição dos conhecimentos evoluirá a partir de “*fragmentos*” orientados por “*uma vontade disciplinar*”, que imprime a “*capacidade de construir um tecido contínuo de conhecimento aplicável*”. Essa metodologia seria crucial nos primeiros anos do curso, “*onde quase tudo – não tudo – se joga*” (SIZA, 1978).

¹⁶ A crise de 1978 consiste na reação à intenção da tutela ministerial de articular curricularmente as duas escolas de Lisboa e do Porto e à iniciativa descentralizada de passar o ensino da Arquitetura para âmbito universitário.

Uma prática de projeto, que é também um método de ensino, renova-se como centralidade pedagógica e torna-se potencialmente distintiva da escola e da disciplina.

Siza afirmava que havia um legado na escola que corporalizava uma “tendência” e que essa exigia uma defesa e uma viabilização de todos, contra o que designava de cópias descontextualizadas, “*quais caricaturas tecnocráticas e provincianas*”, que o poder central queria impor. Fosse nas aulas de Construções, em que a tecnologia era associada a uma ideia cultural e agregadora do projeto, desenvolvendo um método pedagógico específico para a disciplina; fosse na defesa de uma ideia de escola, em que recusava modelos importados de realidades e disciplinas exteriores, defendia a autonomia disciplinar pedagógica, tendo presente que essa vontade implicava a responsabilidade de apontar um caminho.

ANOS 1980: OS NOVOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

Entre 1979 e 1984, a seção de arquitetura é forçada¹⁷ a separar-se das Belas-Artes e transforma-se em Faculdade de Arquitetura (FA), integrada à Universidade do Porto (UP).

Nessa altura, a crescente intensidade da prática de Siza afasta-o progressivamente das aulas. No entanto, nesse mesmo momento, irá construir as novas instalações escolares, por meio de uma série de ações contínuas: a recuperação da antiga casa, anexos e jardim da Quinta da Póvoa, na Rua do Gólgota (1983-86); a construção do Pavilhão Carlos Ramos (1985-86); e a construção da nova faculdade (1986-93).

Com a separação das Belas-Artes, a escola receberia da UP a antiga quinta da Casa da Póvoa¹⁸. No primeiro momento, junto da recuperação “invisível” da quinta e do jardim existentes, construiu-se um pavilhão no jardim, para acomodar as necessidades escolares imediatas, antes das novas instalações virem a ser efetivamente construídas.

Tratava-se de um programa polivalente para um edifício eventualmente provisório, para alojar necessidades prementes até a construção das instalações da recém-formada faculdade, que ainda iriam para projeto. A posição de Siza e as circunstâncias do problema de projeto conduziram a uma construção definitiva¹⁹, proporcionado um pátio interior e uma sucessão de espaços letivos em vista recíproca, permitindo um equilíbrio sensível entre a disponibilidade e qualidade de área interna e a relação com o jardim e com a memória histórica do local. O edifício encerra-se sobre si próprio, os espaços de trabalho observam-se e separam-se através dos planos envidraçados do pátio e dos vértices-rótulas da morfologia em U. A dimensão e a escala do edifício se encaixam no jardim da quinta e o pavilhão é confortavelmente intimista. A escola, as turmas, os alunos, reconhecem-se e partilham um lugar, como se tudo fora um único atelier. O acerto morfológico e a qualidade espacial resultam da exploração de uma constelação de circunstâncias, com ressonâncias culturais e plásticas, que se conformam na *mediação* do projeto e se validam irremediavelmente como matéria construída, em um lugar específico.

Em ato contínuo, avançou-se para a construção do novo edifício para 550 alunos, tendo como base diretrizes internacionais para programas escolares²⁰ (SIZA, 2003). Após uma primeira solução, em edifício único,

¹⁷ A escola é surpreendida com a passagem para Faculdade. Conforme nota anterior. Ver sobre esse processo em Raquel Paulino, 2013.

¹⁸ Os terrenos e a Casa do Gólgota foram adquiridos pelo Estado em 1984, tendo sido entregues à FAUP nesse mesmo ano. O terreno e a intervenção integraram-se no “Projeto de Planeamento Geral do Polo 3 da Universidade do Porto”.

¹⁹ Refere António Madureira (2008:30), “*deveria ser um edifício para aulas mas, por outro lado, poderia vir a ser, no futuro, reutilizado como atelier de projeto, centro de estudos, instalação das organizações estudantis, enfim, qualquer coisa de necessário e útil mas não específico*”, mas: “*Era um projeto quase sem programa, quase sem orçamento, quase sem futuro; em outras mãos, seria um típico caso de projeto quase sem interesse. Não nas dele*”.

²⁰ A escola passaria de 350 para 525 alunos, conforme o Programa Preliminar, definido pelo Grupo de Apoio Técnico em 1983. Teria como documento de apoio o “*Planning Standards for Higher Education Facilities*” (UNESCO). O programa compreendia genericamente: 8 salas para 15 alunos; 1 anfiteatro para 160; 2 anfiteatros para 110; 34 salas de aula com estrador para 15 alunos; 1 sala de desenho e desenho de modelo de 100 lugares; 4 laboratórios; Museu, Biblioteca, Reprografia, Secretariado, Bar e Gabinetes de Docentes. Ver Siza 2003.

próximo da “escola-salão”, o projeto avança para uma morfologia mais urbana e fragmentada. Implantação, perfil edificado, tipologia e ambiente construído derivam de uma exploração das circunstâncias do lugar e definem-se pelo projeto e com o desenho, construindo um sistema de reciprocidades, de mediação entre *elementos não naturalmente semelhantes*, sejam as memórias históricas, urbanas, tipológicas e disciplinares ou o programa funcional e econômico, ou, a experimentação do autor. Nesse processo, o espaço pedagógico é reconstruído na mediação maior, que é a da procura da *razão-poética* do lugar.

No novo edifício, a separação em salas nega a organização em “*amplo espaço atelier, quase sem identificação de ano ou turma*”, “*Louis Khan, Artigas, Mies. Ninguém achava bem, estávamos em tempo de recessão: cada atelier deve conter o número de alunos de uma turma e deve ser entidade espacial autónoma e encerrada, embora associada a um espaço de crítica coletiva dos trabalhos*” (ALVES COSTA, 2003:29-30). Os espaços letivos são os espaços das aulas de projeto: uma sala por turma e um edifício

por ano. As aulas de Desenho têm um lugar próprio, simbolicamente no topo da torre mais alta. As unidades de História, Teoria e Construções não têm áreas específicas, utilizando as salas de aulas de Projeto. E se os espaços comuns são de uma “*fluidex barroca*”, as salas de projeto “*são absolutamente rígidas*” e “*provocatoriamente pequenas*” (TAVARES, 2003:40), contrariando os exemplos de espaços de grande atelier, que seriam seguidos, nesse mesmo momento, na edificação da faculdade congênere de Lisboa. Mais tarde, referindo-se a esse processo, Siza afirmaria: “*os exemplos de open-space que conheço... não podia concordar menos*” (SIZA, 2001).

A morfologia condiciona a tipologia e cristaliza um programa e uma hierarquia, que se organiza por anos letivos e em redor das salas/atelier, cuja área acabaria por ser menor do que o definido no programa de referência, tendo capacidade para cerca de 15 alunos (Figura 3) e o trabalho seria realizado em mesas de desenho cuja implantação estava claramente²¹ definida no espaço da sala.

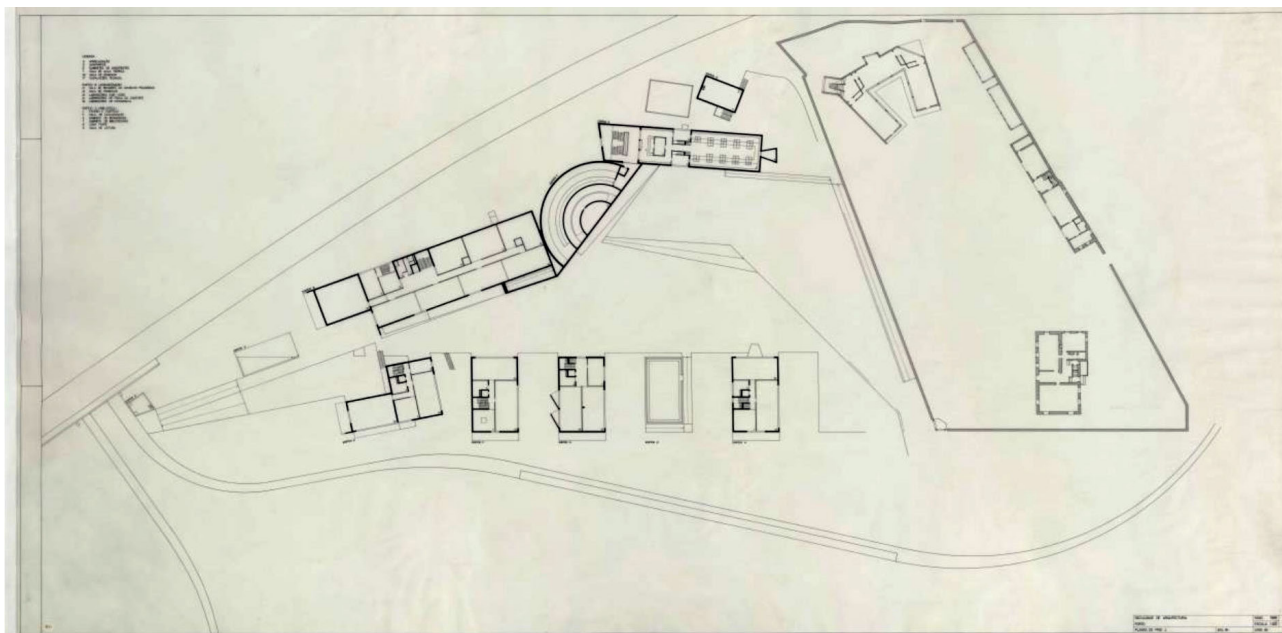


Figura 3: Álvaro Siza, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, 1979-97 Planta do piso 4, 05-1989. 1:200 Tinta-da-china sobre papel vegetal 77,1 x 151,2 cm. Fonte: Arquivo Arq^l Álvaro Siza. Col. Fundação de Serralves – Museu de Arte Contemporânea, Porto. Doação 2015. Imagem PT-FS-ASV-19-29-115-0007.

²¹ Segundo Domingos Tavares (2003:42), Siza proporia que os estiradores fossem aparafusados ao pavimento.

O novo edifício é antes de mais arquitetura. E nesse Ser, assimila também o projeto pedagógico e a “tendência” didática, mediando entre o recolhimento do trabalho em pequenas equipes e a abertura para largos espaços sociais, incluindo a cidade e o jardim, onde o debate é aberto e a dimensão lúdica da forma edificada sublima a vida em sociedade.

CONCLUSÃO: RELAÇÕES ENTRE PRÁTICA E DIDÁTICA

Álvaro Siza esteve presente em mais de meio século de existência da escola do Porto, foi um ator importante em momentos de crise, tomando posições claras em defesa da autonomia da escola e da disciplina. Vivenciou a passagem da escola a universidade e tomou posição contra importações de outras áreas de conhecimento e de outros lugares culturais.

Defendeu a autonomia institucional da escola para construir e gerir o seu próprio percurso. Defendeu uma autonomia disciplinar para a arquitetura encontrar os métodos e os instrumentos necessários para a sua prática e para o seu ensino. Defendeu uma emancipação crítica local, no sentido em que as respostas a dar pela escola deveriam atender à especificidade do seu próprio processo e circunstâncias históricas, seguindo a atitude que assumia nos seus projetos.

De igual modo, a sua posição perante o ensino refletia a sua posição perante a prática.

Questionava processos importados (do país e da disciplina) e reconstruiu-se refletindo a experiência prática do seu grupo próximo. Quando regressa à escola, após a revolução de abril de 1974, para lecionar Construções, culturaliza a tecnologia, salientando o método, a lógica de pensamento e o desenho, a representação, como instrumento específico da pesquisa em arquitetura.

Defende que o ensino da arquitetura se realiza em redor do projeto, lugar específico de um modo sintético de *pensar* a arquitetura e de re-significação dos múltiplos conhecimentos especializados que a ela concorrem: o arquiteto é um “*especialista da não especialização*” (SIZA, 1998).

A sua metodologia de projeto e de ensino é simultaneamente racional e intuitiva. É o “*método autêntico*”, que não evolui linearmente da análise à síntese, mas, “*como processo contínuo, aberto, complexo e englobante*” (SIZA, 2009). Nele, o desenho adquire múltiplas formas, havendo uma “*troca constante entre o rigor do traçado e os esboços*”, em um movimento de “*comunicação*”, entre o rigor e as “*ideias que constantemente se modificam com o conhecimento progressivo do programa e do contexto*” (SIZA, 1978). O Desenho, a Teoria, a História e a Construção são campos autônomos e ferramentas para a síntese do projeto, pelo que quando leciona Construções, subordina a técnica à cultura, a especialização à abrangência, colocando os alunos a projetar.

No projeto dos espaços escolares para a nova FAUP, usa o mesmo procedimento de assimilação das condicionantes e valoriza uma ideia morfológica que as ultrapassa. O legado pedagógico reside também nessa qualidade e exemplo. Resulta igualmente em uma ordem, dimensão, escala e ambiente concretos, que remetem para uma escola de pequenos ateliers, encerrados em si próprios, hierarquizados por ano de aprendizagem e em didática de grande proximidade. O exemplo pedagógico da FAUP seria crucial para as novas escolas de Coimbra (1989) e do Minho (1996)²². Nessas, contexto e circunstâncias distintas proporcionaram outros espaços letivos, o projeto manteve a centralidade didática e não há “*escolas-salão*”, mas os espaços são encadeados em maior continuidade e em salas de maiores dimensões.

Como vimos, Siza defendeu no final dos anos 1970 e início dos anos 80 uma tendência específica para a escola do Porto, mas reconhecia que haveria outras, em outros

²² O curso de Coimbra iniciou-se 1988/89 e desde 1989 ocupa uma parte do antigo Colégio de S. Jerónimo. O curso do Minho foi criado em 1996 e desde 2004 ocupa um edifício projetado de raiz, da autoria de Fernando Távora e de José Bernardo Távora.

contextos ou com outras interpretações. Em Lisboa, no mesmo tempo, o percurso seria outro e a escola também. Entretanto, o tempo mudou as condições, mas as propostas de Siza ressoam significativas, especialmente com a entrada plena da arquitetura na universidade da investigação. Face a mais uma ameaça de importação de metodologias externas, à fragmentação e à menorização dos processos disciplinares, incluindo o projeto. Referindo-se a esse cenário, afirma em 2020: “a situação é dramática” (SIZA, 2020).

AGRADECIMENTOS

Muito agradeço a Álvaro Siza pela entrevista de Janeiro de 2020 e a Domingos Tavares a conversa de Novembro de 2020, a Raquel Paulino, Carlos Martins, José António Bandeirinha, Jorge Figueira e Gonçalo do Canto Moniz pelas pistas, informação e clarificação de vários aspetos desta história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES COSTA, Alexandre. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, in SIZA, Álvaro. Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto. 2003. Porto: FAUP, p23- 34.

BANDEIRA, Pedro. Escola do Porto: Lado B / Uma História Oral (1968-1978). 2014, Guimarães: CIAJG/Documenta, 208p.

CANTO MONIZ, Gonçalo do. O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69). 2011. Coimbra: FCTUC- EDARQ. Tese de Doutoramento. 618p.

FIGUEIRA, Jorge. Escola do Porto. Um Mapa Critico. 2002, Coimbra:EDARQ.

MADUREIRA, António. O Pavilhão Carlos Ramos visto com olhos embaciados, em O Pavilhão Carlos Ramos: Coletânea de Textos de Professores e Alunos, edição de JOSÉ QUINTÃO, Porto: FAUP, 2008, pp30-32.

OLIVEIRA, Hugo. Entrevista a Álvaro Siza em Interview & Letters, Volume I. 2017, Lisboa: h´spbp, 124p, p9.

PAULINO, Raquel. Álvaro Siza e a Escola do Porto, in Arquitectura 21, 2010, Lisboa, p32-35.

PAULINO, Raquel. ESBAP | FAUP. O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um Projeto Pedagógico entre 1969 e 1984. 2013. Porto: FAUP. Tese de Doutoramento, 722p.

SIZA, Álvaro. Declaração ao Presidente da Assembleia de Representantes do Curso de Arquitectura da ESBAP, de 4 de maio de 1978. Porto: FAUP-CDUA/AE/TE/ADM-007.

SIZA, Álvaro. Prefácio a ALVES COSTA, Alexandre, Memórias do cárcere, Desastres de Sofia ou Memórias de um burro. Porto: FAUP. 1979 (1982, 2ªed).

SIZA, Álvaro. Entrevista in L'Architecture d'Aujourd'hui, nº 211, Álvaro Siza, Projets et réalisations 1970-1980. 1980, pp1-3.

SIZA, Álvaro. Conversa com Peéra Goldman in FRAMPTON, Kenneth, Technology, Place and Architecture. New York: Rizzoli, 1998, p. 155.

SIZA, Álvaro. Entrevista na revista ECDJ nº4, Coimbra, um Novo Mapa. 2001 Coimbra: DARQ-FCTUC.

SIZA, Álvaro. Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto. 2003. Porto: FAUP.

SIZA, Álvaro. “Alvar Aalto: algumas referências à sua influência em Portugal”, In MORAIS, Carlos, 01 textos: Álvaro Siza Vieira. 2009c. Porto, Civilização, p212.

SIZA, Álvaro. Entrevista a AUTOR. Janeiro de 2020.

S. VICTOR, Brigada. Proposta à Comissão Coordenadora do SAAL, in Membros Efectivos do VI Conselho Nacional de SAAL, Livro Branco do SAAL 1974-1976. Volume 1. Lisboa: Conselho Nacional do SAAL, novembro 1976, p. 109.

TAVARES, Domingos. A casa da Arquitectura, in SIZA, Álvaro, Edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: percursos do projecto. 2003. Porto: FAUP, p34-42.

TAVARES, Domingos. Entrevista a AUTOR. Outubro de 2020.

TÁVORA, Fernando; GIGANTE, Jorge; LOUREIRO, José Carlos; VIANA de LIMA, Alfredo; SIZA, Álvaro; MOREIRA, Cristiano; RAMALHO, Pedro. Anexo 5, 2.º Comunicado dos ex-docentes dirigido à Escola de Arquitectura do Porto, in Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Curso de Arquitectura. Relatório da Comissão Coordenadora. Ano Lectivo de 1969-70. Janeiro 1971, Porto: FAUP-CDUA/ AE/TE/ADM-008.